



MESTRADO EM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO

RAMO ARQUIVOS HISTÓRICOS

Relatório do Estágio Curricular,
efectuado no Museu Nacional de Soares dos Reis

**Análise do “Arquivo Histórico” do Museu Nacional de
Soares
dos Reis**

Percursos narrativos

Joana Judite Gonçalves da Silva

Orientador da Instituição: Dr.^a Paula M. M. Leite Santos

Orientador da FLUP: Doutora Inês Amorim

Porto, Setembro de 2009

Abreviaturas

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ISAD(G) – Normal Geral Internacional de Descrição Arquivística

MMP – Museu Municipal do Porto

MNSR – Museu Nacional de Soares dos Reis

Resumo

Este estudo procura demonstrar a importância da arquivística na organização da informação contida numa instituição como o Museu Nacional de Soares dos Reis.

Para tal estudo se concretizar, foi necessária uma pormenorizada abordagem à contextualização da instituição, desde a sua inauguração em 1833, procurando clarificar a natureza e a origem da informação e os seus produtores.

Depois, efectuamos um recenseamento dos documentos do arquivo, dividindo-os em dois fundos, o do Museu Municipal do Porto e o do Museu Nacional de Soares dos Reis. Posto isto, recorreremos á aplicação das ISAD(G) na descrição intelectual de ambos os fundos, e efectuado um quadro de classificação.

Enquanto decorreu esta fase, foi realizado um levantamento sobre as condições e necessidades de conservação e preservação do arquivo.

Tendo em conta o repto – percursos narrativos - foi realizado também um estudo de caso sobre o legado de Cristiano Augusto da Silva, em que procuramos demonstrar a dinâmica que o arquivo pode trazer a uma instituição tão grandiosa como o Museu Nacional de Soares dos Reis e a sua importância para fins de investigação e de aplicação pedagógica.

Abstract

Through this study we tried to prove the importance of archives in an institution such as the Museu Nacional de Soares dos Reis.

In order to develop that study, it was necessary a detailed approach to the historical context of the institution since its beginning and even before. Then, we started a census of the documents in the archive, dividing them in two parts, one was the Museu Municipal do Porto and the other one the Museu Nacional de Soares dos Reis. When this was done, we applied the ISAD(G) in order to make the intellectual description of both parts, and then create a classification board.

While this phase was being carried out, we also propose a study on the conditions of conservation and preservation needs.

A case study was also carried about the legacy of Cristiano Augusto da Silva, in which we tried to demonstrate the dynamic that an archive can bring to such important institution like the Museu Nacional de Soares dos Reis and its importance to the research, such pedagogically and historical aims.

Agradecimentos

Um primeiro agradecimento é endereçado à Directora do Museu Nacional de Soares dos Reis, que acolheu a possibilidade de desenvolvermos um estágio curricular na instituição que dirige. Sempre disponível para qualquer dúvida que fosse surgindo, mostrou-se sensível às “descobertas” que o contacto com o arquivo e seus fundos, depositados no Museu, faziam despertar.

À Dr.^a Paula M. M. Leite Santos, minha orientadora na instituição, devo um agradecimento muito especial, não só pela sua orientação, mas também pela sua generosidade e disponibilidade ao longo dos seis meses de estágio. A sua participação foi para além do trabalho feito no arquivo do Museu, ao permitir que acompanha-se algumas actividades de âmbito pedagógico e museológico, pelo que lhe sou muito agradecida.

Agradeço também às conservadoras da instituição que sempre foram muito amáveis e colaboraram no percurso deste trabalho, a Dr.^a Margarida Rebelo Correia, a Dr.^a Paula Dias Carneiro, a Dr.^a Vera Calum e à Dr.^a Maria Adelaide Carvalho.

Devo também um agradecimento à Doutora Amélia Polónia cuja orientação não se ficou apenas pelo primeiro ano curricular do mestrado, mostrando-se sempre disponível para as problemáticas que foram surgindo.

À Doutora Inês Amorim, minha orientadora na faculdade, expresso a minha imensa gratidão não só pelo estímulo intelectual que a sua orientação representou, mas sobretudo, pela confiança e apoio incondicional durante estes dois anos.

Um obrigado especial à minha família. Aos meus pais e irmão que apesar da distância, sempre me apoiaram durante este percurso. Ao Diogo, que permaneceu sempre ao meu lado, motivando-me para concretizar este meu objectivo.

Índice

Introdução	8
1.O Arquivo na História do Museu Nacional de Soares dos Reis.....	12
1.1 Uma história de incorporações	12
1.2 Os reflexos de uma organização na produção documental	18
2. Plano de Conservação para o Arquivo Histórico	22
2.1 O contacto com a instituição e os serviços.....	22
2.2 Documentação avulsa.....	24
2.3. Os fundos e os critérios	25
3. Um estudo de caso	29
3.1 O legado de Cristiano Augusto da Silva	29
3.2 Em torno de um oratório – um percurso narrativo	32
Conclusão.....	39
Fontes e Bibliografia	41
Fontes manuscritas	41
Fontes impressas	41
Sítios.....	43
Bibliografia	43

Introdução

O relatório que nos propomos a realizar insere-se no Mestrado de História e Património – ramo de Arquivos Históricos, e tem como objectivo fundamental o tratamento de um arquivo, o Arquivo do Museu Nacional de Soares dos Reis, na sua vertente de maior espessura histórica, porque, como veremos, estamos perante uma realidade especial.

Efectivamente, um museu é uma instituição permanente ao serviço, da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e expõe a herança da humanidade tangível e o intangível, para propósitos de educação, estudo e lazer. Os museus permitem que o público explore as colecções para inspiração, aprendizagem e divertimento. Os primeiros museus apareceram como colecções privadas de abastados coleccionadores, famílias ou instituições de arte que procuravam objectos naturais curiosos ou artefactos raros. Estas colecções eram muitas vezes apelidadas de quartos maravilha ou gabinetes de curiosidades. O acesso público era possível mas apenas permitido aos mais respeitáveis, especialmente no que diz respeito às colecções de arte privadas, mas ao cuidado do dono e do seu pessoal, sendo que foi na época iluminista, século XVIII, que apareceram os primeiros museus públicos na Europa¹.

O meu primeiro contacto com o Museu Nacional de Soares dos Reis decorreu de uma forte atracção pelo perfil de um pintor, Silva Porto, por saber que ali estavam algumas das suas maiores obras. Sendo Silva Porto o principal introdutor do naturalismo em Portugal, foi também ele que melhor transpôs para as telas a expressão nacional da nossa paisagem. Ele não se limitou apenas a reproduzir paisagens, mas toda a vida que a ela se associava e que foi também transposta para a tela: os agricultores, pastores, o gado que pastava apresentou-os em primeiro plano nos seus quadros: as festas populares, as romarias, as feiras, descobrindo (ou construindo) a expressão nacional na nossa paisagem. Parece ter conseguido transmitir o verdadeiro clima da própria terra, a expressão local, etnográfica, das várzeas minhotas, das lezírias alentejanas, das costas marítimas, dos pescadores, dos tipos populares, dos namorados,

¹ ALMEIDA, António Manuel Passos. Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. 2008. Tese de Mestrado.

dos campinos, aspectos presentes em quadros como “No Areinho, Douro” ou “Guardando o Rebanho”.

Se num primeiro momento, surgia a hipótese de construir um projecto que justificasse e reunisse toda a informação sobre este núcleo de pinturas, que nada mais era do que um legado, deparou-se-nos, rapidamente, uma complexa realidade. Estávamos perante outros tantos, muitos legados incorporados no Museu, não só os que tinham originado o conjunto de quadros produzidos por este artista, mas muitos outros que tinham chegado ao Museu. Em breve nos parecia um corte na compreensão do percurso do Museu se nos reduzíssemos ao isolamento das peças. Havia que acompanhar as razões para a existência de um espólio que se sabia ser significativo.

O sistema organizacional de um museu cria e recolhe informação e documentos durante o seu funcionamento, sobre as suas colecções, exposições e eventos. O universo documental gerado em torno destas peças, sempre que utilizadas, justifica a multiplicação de guias de exposições, permanentes ou temporárias. Mas antes de qualquer elaboração temática, que guia as exposições de hoje, o Museu foi-se dotando de peças e documentos, posses únicas e insubstituíveis da instituição.

Frequentemente um museu não é visto como um arquivo, quase não se sabe que existe, mas a verdade é que cada peça seguiu um percurso que o contextualizou. De instituição custodial e patrimonial, como frequentemente é vista, interessa-nos como estrutura orgânico-funcional que gerou informação. Ora isto, deve manter um sistema de arquivo que organize, coleccione, preserve e dê acesso aos documentos, e que mantenha os procedimentos para a introdução de mais documentos seguindo todas as políticas necessárias para que toda a informação seja disposta de maneira correcta e promovendo a própria história da instituição.

A arquivística entra aqui como uma ciência técnica, que ao ser unificada com o fundo, instituição, contextos dinâmicos e históricos, formam um sistema, e ao “(...) *representar o arquivo como um sistema (semi-) fechado (orgânico-funcional) de informação, temos de encarar a Arquivística como a ciência que estuda a dimensão sistémica do arquivo. Quer isto dizer que o arquivo não pode mais ser pensado como entidade dual ou como a mera ligação extrínseca de duas coisas distintas – a estrutura*

orgânica e a função serviço/uso.”². Seguindo esta linha de pensamento, antes de nos confinarmos num conjunto de documentos cuja produção e estrutura era até então desconhecida, foi necessário efectuar um estudo orgânico, funcional do Museu, que desde o século XIX foi evoluindo.

Nesta perspectiva, a organização da informação terá que seguir outros caminhos. A peça, o objecto, o documento, surge associado a uma narrativa histórica, subtítulo deste trabalho, percurso que utilizaremos em diversos momentos. É evidente que a nossa tarefa seria a de tornar inteligível a documentação escrita (impressa e manuscrita) que se guardara em pastas e armários, bem acondicionada, mas cuja estrutura se desconhecia. Ao Museu interessará, sempre, registar, religiosamente, os bens deixados à sua guarda, que lhe foram legados, por razões múltiplas.

Posto isto, foi delineado um projecto de estágio para o tratamento do arquivo do Museu Nacional de Soares dos Reis, que se subdivide em quatro partes, correspondendo a etapas progressivas de reconhecimento do espólio documental á sua identificação e organização. O primeiro passo seria o conhecimento de todo o universo documental, a limpeza superficial dos documentos, o levantamento de tipologias documentais existentes no arquivo e o apontar das necessidades do arquivo em termos de material de acondicionamento, preservação e digitalização. Ao mesmo tempo seria efectuado o estudo e contextualização do Museu para elaborar um friso cronológico que auxiliasse o conhecimento da sua orgânica institucional. Uma segunda parte seria a recolha de dados referente a cada documento, elaborando uma ficha, em suporte informático, cujos elementos seriam a cota topográfica, que irá ser atribuída pela primeira vez, a tipologia documental, a descrição de conteúdo, a sua datação e alguns dados externos (estado de conservação, medidas e notas). A terceira fase do estágio seria, após a recolha de todos esses elementos, a classificação da documentação, através da Normal Geral Internacional de Descrição Arquivística (ISAD(G)), que pressupunha a descrição intelectual, seguindo um esquema de fundo, secções, subsecções, séries e subséries. A quarta e última parte do estágio procurará usar toda a informação anterior e aplicá-la, com o objectivo de demonstrar a importância de um arquivo histórico numa instituição como o Museu Nacional de Soares dos Reis, pegando em peças das reservas e através de documentos relativos a essas mesmas peças, demonstrar como com esses objectos

² SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. Arquivística 1 – Teoria e prática de uma ciência de informação. Edições Afrontamento, Porto, 1999. Pp. 213 a 214.

podemos atingir uma nova dinâmica de exposição, ou seja, o arquivo deu sentido às peças, porque vistas como objectos dispersos, estéticos, é certo, mas sem um sentido narrativo: da sua doação à exibição.

1.0 Arquivo na História do Museu Nacional de Soares dos Reis

O Museu Nacional de Soares dos Reis tem uma história, que pressupõe a sucessiva incorporação de outros museus, outros tantos percursos. Seria inconcebível iniciarmos a identificação do arquivo sem se iniciar o processo de reconhecimento da instituição produtora da informação. E, como se verá, não se pode falar, apenas de uma instituição, mas de várias...

1.1 Uma história de incorporações

O Museu Nacional de Soares dos Reis é conhecido como o museu de arte mais antigo do País, e como tal, alberga um vasto e valiosíssimo espólio artístico português, tendo colecções fantásticas de artistas como Soares dos Reis, Silva Porto e Henrique Pousão, assim como de lapidária e artes decorativas. A colecção que esta instituição alberga é imensa, e muitas obras nunca foram expostas, apesar do Museu apresentar uma linha de exposição que representa os últimos dois séculos de arte Portuguesa³.

Reunidas estas circunstâncias de carácter geral, colocou-se a hipótese de que existiria um espólio de tal dimensão, que teria suscitado um rasto de procedimentos e actuações que um universo documental, de dimensões desconhecidas, mas que, muito provavelmente, consideráveis, esclareceriam as incorporações do mesmo espólio assim como a estruturação e funcionamento organizacional da instituição.

Esta dedução/hipótese confirmou-se através das leituras acerca do Museu e das colecções, que nos permitiram confirmar que, como qualquer instituição, também o Museu Nacional de Soares dos Reis tinha um arquivo, que, como se verá, se subdivide não só de maneira intelectual mas física também, registando-se o arquivo administrativo, o fotográfico, o de artistas, o histórico, entre outros pequenos arquivos.

Se localizado e manuseado sempre que se justificava alguma pesquisa interna (ou mesmo externa) por investigadores, a verdade é que o arquivo até a data não havia sido tratado de forma sistemática e inteligível.

Esta tarefa de identificação documental seguiu, obrigatoriamente, uma metodologia própria de contextualização da produção da informação. Tal pressupõe, um contacto

³ AAVV, Roteiro da Colecção: Museu Nacional de Soares dos Reis. Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus.

com as fontes e bibliografia existentes que pudessem conferir alguma inteligibilidade a esse processo. A legislação é um quadro referencial incontornável a seguir, mesmo que não tivesse consequências imediatas na vida da instituição e/ou reflexos na sua estruturação. Trabalhos de síntese, de carácter cronológico e de divulgação, como o *roteiro* traçam de maneira simples a longa vivência deste Museu que se instaurou na cidade do Porto em tempos conturbados do Liberalismo, como a “*primeira expressão museológica do liberalismo português*”⁴.

O espólio está associado às vicissitudes dos sequestros e expropriações realizadas no contexto das lutas miguelistas/liberais (vide anexo B)⁵. A recolha de parte do fundo artístico mais antigo do Museu resultou da autorização de sequestro de todos os bens de indivíduos implicados no crime de Alta Traição por decreto de 5 de Dezembro de 1832⁶, seguido de outro decreto de 19 de Dezembro de 1832⁷ que instaurava um Depósito Público na cidade do Porto para servir de centro de recolha dos bens sequestrados aos rebeldes. A 12 de Dezembro de 1832⁸ saiu mais um decreto que elegia uma comissão com o propósito de administrar os bens pertencentes aos conventos e mosteiros abandonados da cidade do Porto e os extintos de fora do Porto, como Santa Cruz de Coimbra e o Mosteiro de S. Martinho de Tibães, edifícios esses que através do decreto de 15 de Maio de 1833⁹ foram esvaziados de todas as suas funções religiosas. Estes decretos foram emitidos por ordem de D. Pedro, Duque de Bragança, durante o famoso Cerco do Porto quando decorria a guerra civil de 1832-1834, como uma maneira de salvaguardar objectos de valor artístico.

⁴ FRANÇA, José-Augusto - A Arte em Portugal no Século XIX, 1 Volume, 3ª ed. Venda Nova: Bertrand, 1990, p. 236.

⁵ O Anexo B, que designámos por “friso cronológico”, pretende ser um elenco dos quadros de natureza histórica em geral, e da organização dos museus e em particular do Museu Nacional de Soares dos Reis.

⁶ DECRETO de 5 de Dezembro de 1832. Paço no Porto (D. Pedro e Joaquim António Magalhães). Sequestro de todos os bens dos indivíduos implicados no crime de Alta Traição, depois de 17 de Julho anterior.

⁷ DECRETO de 19 de Dezembro de 1832. Paço no Porto (D. Pedro e Joaquim António Magalhães). Instauração de um Depósito Público na Cidade do Porto para os objectos sequestrados por ordem do Decreto de 5 de Dezembro de 1832.

⁸ DECRETO de 12 de Dezembro de 1832. Paço no Porto (D. Pedro e Joaquim António Magalhães). Criação de uma Comissão para a Administração dos bens pertencentes aos conventos e mosteiros da cidade do Porto abandonados.

⁹ DECRETO de 15 de Maio de 1833. Paço no Porto (D. Pedro e José da Silva Carvalho). Supressão dos Conventos, Hospícios e Mosteiros abandonados tanto de religiosos como de religiosas, da cidade do Porto, e seus bens declarados Bens Nacionais.

A 9 de Abril de 1833 D. Pedro exprime a sua intenção de formar um Museu de Pinturas e Estampas no Porto através de um ofício¹⁰ expedido pelo Ministério do Reino ao das Justiças, logo seguido por um outro, a 10 de Abril¹¹ dando ordem à Comissão Administrativa dos bens abandonados e sequestrados para que João Baptista Ribeiro¹² pudesse avaliar algumas obras¹³. A Rainha D. Maria, tendo em consideração o desejo de seu pai, de abrir um Museu de Pinturas e Estampas e outros objectos de Belas Artes na cidade do Porto, lança o decreto de confirmação do mesmo a 12 de Setembro de 1836¹⁴.

Desde 1833 até 1839, foi João Baptista Ribeiro o encarregado pela inventariação dos objectos e pela direcção do Museu no Convento de Santo António da Cidade.

A partir de 1839 a tutela do Museu foi entregue à Direcção da Academia de Belas Artes do Porto, que havia sido fundada em 1836¹⁵. A justificação para tal mudança devia-se à sua utilização pelos professores e alunos de Belas-Artes, de forma a que tivessem um acesso mais rápido e eficiente às obras ali expostas, continuando a manter o estatuto de Museu Público.

Em 1839, através de uma carta de Lei de 30 de Julho¹⁶ a Rainha, D. Maria, concede à Câmara Municipal da Cidade do Porto a propriedade da cerca do extinto Convento de Santo António da Cidade e parte do próprio convento (hoje biblioteca municipal do Porto, em S. Lázaro), para ali se estabelecer a Biblioteca Pública, o Museu

¹⁰ SANTOS, Paula M. M. Leite – Museu Nacional de Soares dos Reis: um contributo para a história da Museologia Portuguesa. Separata da Revista Museu. Local. Série IV, 1995, Nº3, pp. 50 a 51.

¹¹ Idem, p. 52.

¹² Nascido em S. João de Aregos, no distrito de Vila Real, em 25 de Abril de 1790, faleceu a 24 de Julho de 1868. Revelando notável vocação para as belas artes, em 1806, Domingos António de Sequeira, seu professor na aula de desenho, escolheu entre os discípulos mais adiantados da mesma aula cinco, para os iniciar na arte da pintura, sendo João Baptista Ribeiro um deles. Em 1811 foi nomeado lente substituto da aula de desenho, voltando depois ao Porto em 1833 para lente proprietário da mesma cadeira. Em 1836 publicou um folheto no Porto com o título: *Exposição histórica da criação do Museu Portuense, com documentos oficiais para servir à história das belas artes em Portugal, etc.* Nesse mesmo ano foi nomeado director da Academia de Marinha e Comércio da Cidade do Porto, que depois tomou o nome de Academia Politécnica, continuando ele a dirigi-la até á data do seu falecimento.

¹³ SANTOS, Paula M. M. Leite – Museu Nacional de Soares dos Reis: um contributo para a história da Museologia Portuguesa. Separata da Revista Museu. Local. Série IV, 1995, Nº3.

¹⁴ DECRETO de 12 de Setembro de 1836. (Rainha D. Maria e Manoel da Silva Passos). Aprovação de medidas relativas ao funcionamento do Museu Portuense, de Pinturas, Estampas e outros objectos de Belas-Artes.

¹⁵ DECRETO de 22 de Novembro de 1836. Criação da Academia de Belas-Artes e aprovação dos respectivos Estatutos.

¹⁶ CARTA DE LEI de 30 de Julho de 1839. Paço de Sintra (Rainha D. Maria e Carlos Bento da Silva). Aprovação da doação do Convento de Santo António da cidade à Câmara Municipal do Porto, para que nele se estabeleça a Academia de Belas-Artes, a Biblioteca Pública Municipal do Porto e o Museu Portuense de Estampas e Pinturas.

Portuense de Estampas e Pinturas e a Academia de Belas-Artes Portuense. Para tal urgia que as obras já iniciadas no convento fossem terminadas, para que assim as três instituições tivessem todas as condições e que a Câmara Municipal da cidade editasse os regulamentos necessários para que as instituições funcionassem correctamente, confirmando-se a ordem dada pela Rainha de que o Museu Portuense servisse não só ao público mas também os professores e alunos que frequentavam a Academia de Belas-Artes.

Digamos assim, que num primeiro momento, o Museu contou com objectos muito determinados, oriundos de instituições monástico-conventuais, que transitaram já para as instalações associadas ao exercício das Artes. Aparentemente dava-se utilidade entre as obras e os seus estudiosos – alunos e professores, além de um público geral.

Finalmente, em Julho de 1840, o Museu abriu as portas ao público e ao serviço de artistas.

Mas outros cruzamentos de interesses e, como se verá, de percursos, se irão materializar. No mesmo ano da fundação da Academia Portuense de Belas Artes e da confirmação do *Museu Portuense* pela Rainha, abria-se ao público o Museu Allen na Rua da Restauração.

Fundado por John Francis Allen¹⁷, um rico negociante de vinho do Porto e grande coleccionador, sendo possuidor, talvez da melhor colecção particular de arte do País. Segundo José-Augusto França, João Allen¹⁸ foi o “*maior coleccionador nacional da época*”¹⁹.

Dois anos após a sua morte, em 1850, a sua família resolveu vender o recheio do Museu, gerando-se na cidade do Porto um movimento de opinião que obrigou a Câmara Municipal do Porto a adquirir o espólio, permitindo que a colecção continuasse instalada no imóvel da Rua da Restauração por mais um ano. Reabrindo ao público a 11 de Abril de 1852 e tendo como director Eduardo Allen até 1899, foi depois em 1905,

¹⁷ SANTOS, Paula M. M. Leite – Um coleccionador de Porto romântico: João Allen (1781-1848): Universidade Nova de Lisboa. 1997. Tese de mestrado.

¹⁸ João Francisco Allen, nasceu em Viana do Castelo a 1 de Maio de 1781, faleceu no Porto a 19 de Maio de 1848. Filho de Duarte Guilherme Allen, cônsul de Inglaterra em Viana, e de D. Joana Josefa Doroteia Felicidade Mazza.

¹⁹ FRANÇA, José-Augusto - A Arte em Portugal no Século XIX, 1 Volume, 3ª ed. Venda Nova: Bertrand, 1990, p. 236.

transferido para o edifício de S. Lázaro debaixo da gestão de Rocha Peixoto²⁰ já no Museu Municipal do Porto. Encontra-se, assim, um segundo momento de enriquecimento do património da instituição.

Em 1852 o *Museu Municipal do Porto* abre as portas ao público, sendo diariamente frequentado pelas “camadas populares” a partir do ano 1867. Ao longo dos anos este Museu foi recebendo legados²¹ e doações²² de ilustres personagens da Invicta, que juntamente com a colecção Allen, foi formando um grande espólio artístico até á sua extinção em 1940/41. Neste processo, algumas condições legais propiciaram esta acumulação. Com efeito, no ano de 1911, dois decretos-lei vieram acrescentar os espólios até então considerados:

- 20 de Abril de 1911, a *Lei de Separação do Estado da Igreja*²³, dando especial atenção ao artigo 62º que estabelecia que todas as catedrais, igrejas e capelas, bens imobiliários e mobiliários deveriam ser inventariados e remetidos a depósitos públicos e museus ou à guarda das juntas da paróquia;

- a 26 de Maio de 1911, o decreto acerca da *Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos e das Escolas de Belas Artes de Lisboa e Porto*²⁴, que veio reformular o carácter institucional do Museu;

Nesse mesmo ano, o Museu Nacional de Soares dos Reis torna-se independente face à tutela da Academia de Belas Artes do Porto, sendo uma das principais razões a desvalorização do espólio devido à sua mistura com o material produzido na Academia. Ou seja, poderia haver alguma reserva, por parte de alguns, para o facto das peças serem utilizadas no ensino quotidiano o que poderia ocasionar danos irreparáveis.

²⁰ Nascido a 18 de Maio de 1866 em Póvoa de Varzim, faleceu em Matosinhos a 2 de Maio de 1909. Foi um arqueólogo e etnólogo; em 1891 secretaria a “Revista de Portugal”, fundada por Eça de Queirós; organizou o Gabinete de Mineralogia, Geologia e Paleontologia da Universidade do Porto e dirigiu a Biblioteca Pública e o Museu Municipal do Porto. LOPES, José Ferreira – Rocha Peixoto e o Porto Culto do seu Tempo: O Tripeiro. 1966, Maio. Nº 5. Pp. 129 a 131.

²¹ Legado é um donativo “post mortem”, que pode ser deixado através de testamento, mas tem algumas implicações jurídicas, no caso da instituição recusar o legado por alguma razão, e nesse caso pode recorrer-se a tribunal e este decidirá o destino do legado. Código Civil: Códigos Electrónicos Datajuris, Coimbra.

²² Segundo o artigo 940 do Código Civil, uma doação é um contrato pelo qual uma pessoa, por espírito de liberalidade e á custa do seu património, dispõe gratuitamente de uma coisa ou de um direito, ou assume uma obrigação, em benefício de outro contraente. Código Civil: Códigos Electrónicos Datajuris, Coimbra.

²³ DECRETO de 20 de Abril de 1911. Lei da Separação do Estado das Igrejas.

²⁴ DECRETO Nº 1 de 26 de Maio de 1911. Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos.

No ano de 1932, a 7 de Março, através do decreto nº 20:985²⁵ foram extintos os conselhos de arte e arqueologia das três circunscrições²⁶ e criado o Conselho Superior de Belas-Artes que organiza um exaustivo inventário artístico e arqueológico do País. Quatro meses depois, sai o decreto nº 21:504²⁷ que atribui o estatuto de museu nacional ao Soares dos Reis, dando a possibilidade das colecções de arte da Câmara Municipal do Porto poderem lá ser depositadas, integrando os objectos da Mitra do Porto e o núcleo de artes industriais do extinto Museu Comercial e Industrial do Porto²⁸.

Trata-se, assim, de um segundo momento fundamental, que torna ainda mais complexa a origem das peças entretanto depositadas. Fruto dos novos tempos, depositam-se peças que projectam os sentidos do religioso e das concepções artísticas associadas ao período industrial.

Os anos seguintes foram deveras importantes, em termos de consolidação, do já Museu Nacional de Soares dos Reis, antigo Museu Portuense. Em 1933, o Museu assinala o seu primeiro centenário e o director à época, Vasco Valente²⁹, e a direcção da Escola de Belas Artes inventariam todo o acervo do museu terminando-o a 30 de Março do mesmo ano. Será um momento fundamental de reconhecimento das múltiplas espécies que chegaram ao consolidado Museu.

²⁵ DECRETO-LEI nº 20:985 de 7 de Março de 1932. Ministério da Instrução Pública. Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes. Criação do Conselho Superior de Belas Artes e extinção dos conselhos de Arte e Arqueologia das três circunscrições.

²⁶ A 1ª circunscrição compreendia os distritos administrativos de Santarém, Portalegre, Lisboa, Évora, Beja, Faro e os das ilhas adjacentes; a 2ª, os de Aveiro, Coimbra, Viseu, Leiria, Guarda e Castelo Branco; a 3ª, os de Viana do Castelo, Braga, Porto, Vila Real e Bragança. A 1ª teria como sede Lisboa, a 2ª Coimbra e a 3ª o Porto. DECRETO Nº 1 de 26 de Maio de 1911. Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos.

²⁷ DECRETO-LEI nº 21:504 de 25 de Julho de 1932. Ministério da Instrução Pública. Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Aprovação do regulamento que organiza os serviços dos museus para o desempenho da alta missão cultural que lhes incube, relativo ao Museu de Soares dos Reis, do Porto, que passará a denominar-se Museu Nacional de Soares dos Reis.

²⁸ O Museu Comercial e Industrial do Porto foi criado em 1883 por decreto e extinto em 1895. O seu espólio encontra-se dividido pelo Museu Nacional de Soares dos Reis e pelo Museu Parada Leitão. http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Parada_Leit%C3%A3o

²⁹ António Vasco Rebelo Valente, nascido a 19 de Abril de 1883 e faleceu a 24 de Outubro de 1950. Licenciou-se em Direito na Universidade de Coimbra mas cedo abandonou a carreira dedicando-se á história e crítica de arte. Em 1932 foi seleccionado pelo Governo para dirigir o Museu Nacional de Soares dos Reis. Em Foco: Vasco Valente. O Tripeiro.

Um acontecimento que reforçou a projecção do Museu deu-se quatro anos depois, pelo decreto-lei 27:878³⁰ de 21 de Julho, altura em que foi incorporado, no património do estado o Palácio dos Carrancas³¹, que a Misericórdia do Porto havia recebido em regime de legado do Rei D. Manuel II, com a obrigação de o adaptar a hospital de crianças, mas que não foi levado a cabo devido aos elevados custos de remodelação que seriam necessários para tal. Então, tentando não desonrar a memória de D. Manuel face ao seu pedido, e sabendo que tal edifício seria mais que suficiente para albergar as colecções dos dois museus, Museu Nacional de Soares dos Reis e Museu Municipal do Porto, o Governo obteve justificação para que a Misericórdia entregasse o edifício, a troco de uma contrapartida monetária, desenvolvendo assim uma espécie de modalidade de assistência (cultural) dentro do espírito da disposição testamentária. Começa assim a adaptação do Palácio dos Carrancas pela autoria do Engenheiro Fernandes de Sá.

Até 1942, o Museu Nacional de Soares dos Reis reorganiza-se, já na posse da colecção do extinto Museu Municipal do Porto.

1.2 Os reflexos de uma organização na produção documental

Ao concluirmos o percurso de vida do Museu Nacional de Soares dos Reis até à sua instalação no Palácio dos Carrancas, e do Museu Municipal do Porto, até à sua extinção, percebemos que o mesmo não foi linear. E é exactamente isso que o arquivo histórico do Museu retrata.

Este arquivo divide-se, então, em dois fundos, um relativo à própria instituição que o alberga e outro fundo pertencente ao Museu Municipal do Porto. Ora, seria de esperar que o primeiro fundo, do Museu Nacional de Soares dos Reis, fosse vasto e que recuasse até ao início da sua actividade, quando ainda era o Museu Portuense, mas não é essa a realidade.

³⁰ DECRETO-LEI nº 27:878 de 21 de Julho de 1937. Ministério das Finanças. Direcção Geral da Fazenda Pública. Incorporação do Palácio das Carrancas no património do Estado visando albergar a colecção do Museu Nacional de Soares dos Reis.

³¹ Construído a partir do ano 1795 para habitação e fábrica dos Morais e Castro, família com alcunha de Carrancas. Em 1861, o palácio foi adquirido por D. Pedro V para servir de alojamento á família real quando estivessem de visita á Invicta. Após a implantação da república o palácio não tinha hospedes, e no testamento de D. Manuel II, o palácio é entregue á Misericórdia do Porto, que depois em 1937 é adquirido pelo Estado para nele instalar o Museu Nacional de Soares dos Reis.

Os documentos do Museu Nacional de Soares dos Reis³² estão datados entre os anos de 1861 e 2008, e o volume de documentos reduz-se a apenas uma prateleira, em comparação com as quatro prateleiras repletas de documentos do Museu Municipal do Porto, que datam desde o ano de sua abertura, em 1852 até 1941, ano de sua extinção.

Um Museu desta importância e magnitude deveria ter um arquivo vasto e completo, até porque continua a produzir informação até hoje, ao contrário do Museu Municipal, o que nos leva a questionar o paradeiro de tanta informação. Esta problemática vem de certa maneira ajudar a perceber a história deste Museu. Ao ler algumas obras sobre esta instituição, o Museu Nacional de Soares dos Reis, e, como foi previamente referido, o antigo Museu Portuense esteve durante muitos anos sob a tutela da Academia de Belas Artes do Porto, e é referido nessas obras que, por exemplo, os inventários feitos em 1834 e 1839 estarão na posse do arquivo da Academia de Belas Artes, entre outros documentos, como as actas do Museu.

É também sabido que alguns documentos estavam no arquivo do Governo Civil que depois com a evolução governamental foi trasladado para o Arquivo Distrital do Porto. Isto significa que a documentação presente no arquivo resume-se a livros de inventários de todo o espólio museológico, alguma correspondência e pouco mais³³.

Relativamente ao fundo do Museu Municipal do Porto³⁴, como fora anteriormente dito, temos documentos desde a abertura do Museu até à sua extinção, mas o maior volume são os inventários feitos aquando do depósito de todo o seu espólio no Museu Nacional de Soares dos Reis. Estes inventários são exaustivos e muito completos, começando pela pintura, escultura, biblioteca, artes decorativas e legados que mesmo com a extinção do Museu Municipal, foram sendo dirigidos à Câmara Municipal do Porto que depois os encaminhou para o Museu Nacional de Soares dos Reis.

Como a nossa investigação apurou, entre os anos de 1938 a 1941 foram sendo inventariadas todas as peças que vieram em regime de depósito³⁵ do extinto Museu

³² Vide Anexo C – Recenseamento do fundo do Museu Nacional de Soares dos Reis.

³³ Vide Plano de Classificação do Museu Nacional de Soares dos Reis nos anexos.

³⁴ Vide Anexo D – Recenseamento do fundo do Museu Municipal do Porto.

³⁵ Segundo o artigo 13º do Decreto-lei 47/2004 de 19 de Agosto que aprova a Lei Quadro dos Museus Portugueses, a incorporação representa a integração formal de um bem cultural no acervo do museu, compreendendo as seguintes modalidades: compra, doação, legado, herança, recolha, achado, transferência, permuta, afectação permanente, preferência e doação em pagamento; mas os bens

Municipal do Porto para o Museu Nacional de Soares dos Reis. Daí que actualmente no arquivo histórico do Museu estejam os originais e algumas cópias desses mesmos extensivos inventários e até mesmo os livros de ponto da equipa que inventariou todo o espólio. Apesar do Museu Municipal ter sido extinto, alguns legados continuaram a ser dirigidos ao mesmo, eventualmente porque as intenções dos legatários foram manifestadas ainda antes da sua extinção, como por exemplo, o legado de Cristiano Augusto da Silva³⁶, o legado de Honório de Lima³⁷ ou o de Fernando de Castro³⁸.

Sublinhe-se que do ponto de vista da produção da informação, a documentação e os objectos legados formam um todo. Do ponto de vista da inventariação dos objectos estes, frequentemente, perderam o seu carácter original. Este aspecto parece bem patente no caso deste fundo da Câmara Municipal do Porto/ Museu Municipal do Porto, com o desmembramento dos documentos de diferente natureza, ou seja, a peça artística do material de arquivo.

Dando um exemplo prático, que iremos aprofundar mais tarde, o legado Cristiano Augusto da Silva, um dos maiores legados pertencente à Câmara Municipal do Porto, proporciona-nos uma observação pertinente. Ao lermos os inventários atentamente, tomamos conhecimento de que peças que um dia formaram um todo, hoje em dia estão separadas, como por exemplo um móvel oratório que se encontra na reserva de móveis, separado das esculturas que um dia o adornaram e que estão na reserva de escultura. Com este exemplo compreendemos a importância de um arquivo histórico e como ele pode ser um instrumento crucial na percepção e história dos

culturais depositados no museu não são incorporados. Temos como exemplo de depósito o caso do Extinto Museu Municipal do Porto que tem toda sua colecção em depósito no Museu Nacional de Soares dos Reis desde 1940/41.

³⁶ Cristiano Augusto da Silva, faleceu a 24 de Novembro de 1938. Proprietário e religioso devotado, deixou em regime de legado todo o seu recheio das suas duas casas, a primeira na Rua dos Caldeireiros na cidade do Porto e a segunda a Quinta de S. Bento de Fontão em Ponte de Lima, ao Museu Municipal do Porto.

³⁷ Capitalista portuense nascido a 21 de Novembro de 1856, tendo falecido a 20 de Outubro de 1939. Foi um grande colecionador de objectos de arte, dono de uma colecção notável de quadros de pintores portugueses contemporâneos. Foi um dos fundadores da Sociedade de Concertos “Orfeon Portuense”, 1881. A 17 de Maio de 1941 foi lavrada a escritura com a Câmara Municipal do Porto, relativa a esta doação de 21 quadros, pela viúva de Honório de Lima, Elisa Adelaide Bessa Lima, em cumprimento do desejo que seu marido manifestara ainda em vida.

³⁸ Nascido no ano de 1888, tendo falecido em 1950, era um negociante portuense, caricaturista, poeta e colecionador de arte, cuja residência na rua de Costa Cabral nº716 e respectivo recheio foram legados ao Estado pela sua irmã que optou por satisfazer o pedido de seu irmão, passando a se designar por Casa-Museu Fernando Castro no ano de 1952.

objectos artísticos num museu, e que por alguma razão, foram separados, perdendo a sua razão de ser, a sua tónica vivencial.

2. Plano de Conservação para o Arquivo Histórico

2.1 O contacto com a instituição e os serviços

No dia 6 de Outubro de 2008 iniciei o estágio curricular no Arquivo do Museu Nacional de Soares dos Reis. A primeira fase do trabalho foi a de reconhecimento dos espaços e serviços prestados pela instituição, assim como das instituições anexas. Tais serviços decorrem da estruturação da própria orgânica. Através da leitura da *Lei Quadro dos Museus Portugueses*³⁹, percebemos que a função dos museus prossegue pelas linhas de:

- Estudo e investigação;
- Incorporação;
- Inventário e documentação;
- Conservação;
- Segurança;
- Interpretação e exposição;
- Educação.

O Museu Nacional de Soares dos Reis segue todas estas linhas, sendo o seu enquadramento orgânico resultante de um regulamento interno, visto este ser um Museu sem personalidade jurídica própria. Desta estruturação resultam os serviços de conservação preventiva, investigação, divulgação e educação, aos quais pude presenciar diversas vezes ao longo do estágio, desde ao colaborar em algumas tarefas na reserva de escultura, ao assistir a algumas visitas de estudo, e, ao visitar as exposições temporárias. Fora estes serviços essenciais ao funcionamento do Museu, existe também o serviço de cedência de espaços para eventos de natureza diversa, aos quais o Museu tem muita aderência para espectáculos musicais, ou reuniões empresariais. Outros serviços, também anexos ao Museu, são a loja e a cafetaria. A Casa Museu Fernando Castro, é um outro anexo do Museu, visto que todo esse espólio foi doado ao Estado, e colocado sob a sua administração, desde a sua fundação em 1952.

³⁹ DECRETO-LEI 47/2004 de 19 de Agosto. Lei Quadro dos Museus Portugueses. Capítulo II, Secção I, Artigo 7.º

É na zona dos serviços administrativos, que encontramos os diversos arquivos do Museu, assim como a biblioteca que se dirige especialmente para a área de história da arte, oferecendo um vasto leque bibliográfico.

No que diz respeito ao arquivo, foi-nos possível verificar que este subdivide-se pela área administrativa, pelo núcleo de fotografia, arquivo de artistas e de peças, e o arquivo “histórico”⁴⁰, que é o que iremos estudar.

Comecei por tomar conhecimento de todo o universo documental indicado, um conjunto de pastas e dossiers, depositados num armário. Efectuei uma limpeza superficial dos documentos, que estavam, naturalmente, com alguns pós fruto do tempo de não utilização, e que se foi acumulando ao longo dos anos, aproveitando para começar a elaborar uma pequena tabela que ajudaria a dividir os documentos em dois fundos, para depois facilitar o seu tratamento intelectual através das ISAD(G).

Após esta fase que durou cerca de 40 horas, passei à leitura dos documentos para conseguir ter uma maior percepção do que o arquivo continha. Esta leitura fez-se em simultâneo com o trabalho de contextualização da evolução dos fundos depositados ao longo do tempo no Museu Nacional de Soares dos Reis (veja-se capítulo anterior), e de construção de um friso cronológico que compilasse os elementos normativos (vide anexo B).

Relativamente ao fundo Museu Nacional de Soares dos Reis foi-me possível comprovar que o seu espólio resume-se a livros de inventário que vão até aos dias de hoje, contendo a descrição de todas as peças pertencentes ao Museu, incluindo as peças em regime de depósito do Museu Municipal do Porto e alguns livros de restauro.

Esta reduzida documentação de uma instituição que prevalece há mais de século e meio e cujos documentos são recentes, vem trazer a primeira problemática no estudo deste arquivo. Onde se encontram as actas, inventários, registos, etc., do antigo Museu Portuense? Anteriormente foi dito que durante algumas décadas o Museu ficou sob a direcção da Academia de Belas Artes do Porto, sendo que alguns documentos encontram-se no Arquivo de Belas Artes, outros documentos estariam no próprio arquivo distrital do Porto, após serem trasladados do Arquivo do Governo Civil. Mas a

⁴⁰ Vide anexo A, figuras 1, 2 e 3.

questão mantém-se, será que a documentação do Museu Nacional de Soares dos Reis se resume apenas estes dois locais?

Existirá sempre a possibilidade de alguma documentação se ter perdido no espaço e tempo devido às mudanças físicas que o arquivo sofreu? É possível, mas mais certo é que o processo de criação do espólio do Museu justificasse o desmembramento de processos. Parte das peças nunca terão vindo com inventários ou porque se encontram nos fundos monásticos quando da extinção das ordens religiosas, ou em arquivos centrais, por mero acaso. Por outro lado, a magreza da informação deste fundo parece significar o interesse da instituição – aferir, fundamentalmente, o número de peças e a sua reutilização constante.

Também parece que a forma como, ao longo dos tempos, se confinava a orgânica de um Museu, quase reduzida aos directores, produtores quase únicos de correspondência e de inventários, à escassez de serviços, resultaria nos quase exclusivos inventários.

Fica-nos bem claramente exposto, que este fundo só entende se completado com a informação que se poderá localizar noutras instituições que tutelaram, por momentos, a informação. Sobressai, entre todos, a Escola de Belas-Artes, local que hoje mereceria um estudo da sua organização.

Assim se compreende que ao continuar o reconhecimento documental, no fundo do Museu Municipal do Porto, nos deparássemos com um vasto arquivo, mas cuja variedade é escassa. A maioria dos livros e pastas são os inventários feitos entre os anos de 1938 e 1940, pelo Museu Municipal do Porto.

2.2 Documentação avulsa

Nos inventários não foram encontradas muitas características que necessitassem de ser relevadas, mas na pasta com a cota PT/MNSR/CMP/MMP/A/P3/82, foram encontrados dois documentos que suscitaram alguma curiosidade, pelo seu carácter de excepção e de difícil enquadramento institucional.

O primeiro documento a ser encontrado foi uma Bula Papal⁴¹ passada por Leão XIII, eleito a 20 de Fevereiro de 1878, manuscrita em latim, com o selo papal a vermelho, no que parece ser velino. O seu estado de conservação é aceitável tendo em conta que foi muito dobrado, mas para evitar que se danificasse futuramente foi retirado da pasta em que se encontrava e colocado numa capa *acid free* todo aberto.

O segundo documento é um passaporte⁴² do século XIX no nome de Manoel de Clemence Brown, Encarregado dos Negócios Estrangeiros de Portugal, para viajar até Constantinopla em 1854. Este documento encontra-se já em mau estado de conservação se formos a comparar com a Bula Papal, pois as dobras excessivas a que o documento foi sujeito, causaram rasgos no papel. Este passaporte tem alguns selos de França, de Constantinopla e outros que estão pouco legíveis.

Tal como o anterior documento, este passaporte foi retirado do arquivo para ser colocado de maneira a evitar uma maior degradação e talvez passar por algum tipo de restauro e conservação.

2.3. Os fundos e os critérios

Ao continuar o reconhecimento do arquivo, outros documentos peculiares foram encontrados, tais como plantas de fábricas, postais, cartas, alguns ilegíveis, outros sem assinatura, data ou mesmo perdidos no espaço, ou seja, sem qualquer lógica aparente que justificasse a sua inclusão, dando a ideia, hipotética, de se tratar de uma colecção privada que pode ter pertencido a um dos directores do museu e depois adicionada ao fundo no decorrer dos anos.

Nesta recolha e ordenação de dados sobre cada documento foi criada uma ficha para cada documento onde constam os seguintes elementos:

- Data;
- Tipologia Documental;
- Autor;
- Destinatário;
- Assunto;

⁴¹ Vide anexo A, figura 4.

⁴² Vide anexo A, figura 5.

- Dados Externos (medidas, estado de conservação);
- Cota.

Através desta ficha ficamos na posse de todos os elementos necessários para a elaboração de um inventário da documentação e para a descrição arquivística dos fundos.

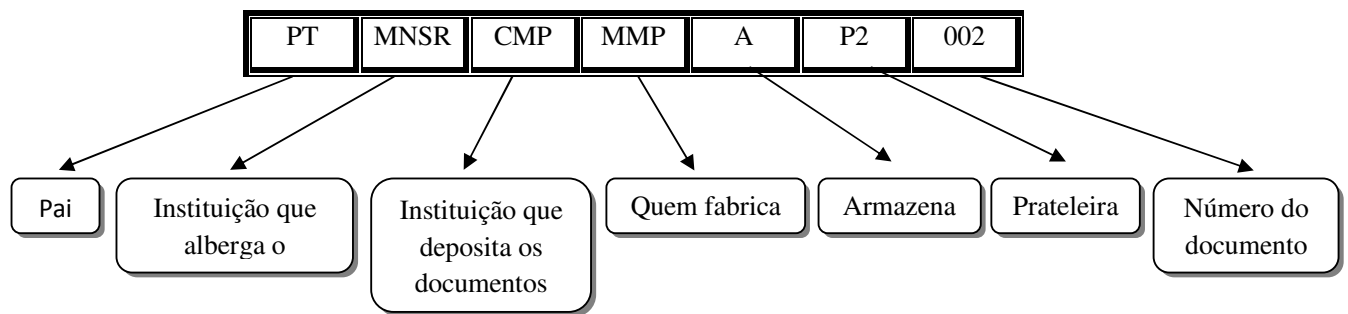
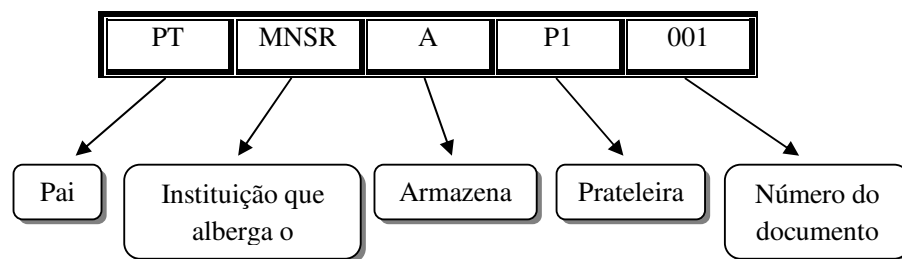
No final do recenseamento do arquivo, que decorreu ao longo de, aproximadamente 150 horas, seguindo as medidas que fui recolhendo, efectuei um levantamento do material necessário para conservar minimamente o arquivo. Para essa tarefa recorri a um catálogo de material⁴³ *acid free* especializado na conservação de documentos, fotografias, microfilmes, etc. Do mesmo catálogo escolhi também as etiquetas para serem colocadas nas cotas dos documentos. As mesmas são igualmente *acid free*, forradas com um papel metalizado que impede que a tinta utilizada para escrever a cota, ou outro material que seja colocado sobre a etiqueta passe para o documento diminuindo assim a sua posterior danificação. Como a empresa que fornece este tipo de material está situada no Reino Unido, demorou cerca de um mês até à chegada das etiquetas acid free. Durante esse tempo aprofundei a pesquisa relacionada com a contextualização do museu e sobre o caso do legado de Cristiano Augusto da Silva, assim como participei de algumas actividades no Museu, tais como assistir a algumas visitas de estudo, fotografar algumas peças nas reservas de escultura (vide ponto 2.1).

Antes de iniciar a colocação das cotas nos documentos estipulei o tipo de cota que iria atribuir. Sendo que haveria uma preferência por parte do Museu para que fosse uma cota topográfica, e sendo aquele um arquivo para uso interno, ponderei a atribuição de uma cota simples, utilizando apenas a sigla “MNSR”, a sua localização e depois a numeração por ordem crescente, mas havendo a possibilidade de, num futuro próximo este arquivo ser introduzido num programa informático, optei por uma cota mais completa.

No caso do fundo do Museu Nacional de Soares dos Reis foi colocado a sigla “PT” significando o país, seguido por “MNSR” que é a instituição onde se encontra o arquivo, depois a sigla “A” referente ao armário, e “PI” significando a prateleira em que

⁴³ Preservation Equipment Ltd, Sourcebook 2006/7, acessível em <http://www.preservationequipment.com/Home>

se encontram os documentos seguido pela numeração atribuída a cada documento. No fundo do Museu Municipal do Porto foi colocado também a sigla “PT” seguida por “MNSR” que é novamente a instituição em que se encontra o arquivo, depois aparece a sigla “CMP” que é a quem pertence aquele fundo arquivístico e artístico, depois “MMP” que é a antiga instituição onde o fundo foi constituído, e depois seguindo o exemplo do fundo anterior é colocada a sigla do armário, prateleira e numeração. A colocação das cotas levou 25 horas, iniciando de seguida a descrição arquivística dos dois fundos seguindo as regras estipuladas nas ISAD(G)⁴⁴.



A classificação da documentação é, como fora anteriormente referido, a componente intelectual da organização documental que segue um esquema de secções, subsecções, séries e subséries para cada fundo, obedecendo a critérios homogéneos e constantes em relação a todo o arquivo. As secções e as suas divisões referem-se ao

⁴⁴ ISAD(G), Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. Adoptada pelo Comité de Normas de Descrição. Ministério da Cultura: Torre do Tombo. Lisboa, 2002. Disponível em <http://www.dgarq.gov.pt/files/2008/10/isadg.pdf>

contexto em que a documentação foi produzida, e as séries e as suas divisões às características da própria documentação.

Ao executar a descrição arquivística dos dois fundos do arquivo tivemos como objectivos uma maior recuperação de informação, aplicando-a a toda a documentação, independentemente da sua forma e suporte, respeitando sempre a sua proveniência e ordem original.

Ambos os fundos divergiram muito em relação à sua organização. Por um lado, temos o fundo do Museu Nacional de Soares dos Reis que apresenta uma grande diversidade de secções e algumas séries. Já o fundo do Museu Municipal do Porto não tem uma tamanha variedade de secções mas aumentam as séries, pois a maior parte dos documentos são inventários. Outra divergência entre estes dois fundos é que o do extinto Museu Municipal do Porto já não sofre qualquer alteração, enquanto o fundo do Museu Nacional de Soares dos Reis ainda hoje é actualizado, tanto nos inventários ao entrarem novas peças nas suas colecções como com o material que se vai juntando ao conforme exposições e outras actividades vão surgindo no Museu.

Após esta fase foi elaborado um plano de classificação para cada fundo, tendo sido desenhado um esquema da organização documental e depois tabelas contrapondo a cota orgânica com a cota topográfica, pretendendo-se assim, uma maior eficácia na recuperação dos documentos⁴⁵. A maior dificuldade com que me deparei foi a datação e atribuição de autor de maior parte dos documentos, que infelizmente tornou-se impossível. Com efeito, na maior parte dos documentos não existem esses dados, e visto não haver um historial do arquivo como existe das instituições que o constituíram, não me é possível completar todos os campos da descrição arquivística como seria desejável. Esta fase foi a mais demorada, tendo se prolongado por mais 200 horas, fazendo com que se estendesse um pouco mais o estágio, que, inicialmente seria de 400 horas, mas que acabou por durar cerca de 460 horas, devido também às actividades em que, com prazer, participei no Museu.

⁴⁵ Vide anexos C e D, fundo do Museu Nacional de Soares dos Reis e fundo do Museu Municipal do Porto, respectivamente.

3. Um estudo de caso

Do todo identificado, segundo os objectivos já inseridos na introdução, anunciámos que o nosso percurso tinha um sentido imediato, o de deixar um instrumento de trabalho para o futuro e, sobretudo, aplicar já, a sua utilidade ao provar a pertinência da reconstituição da informação incorporada no Museu Nacional de Soares dos Reis.

Durante os 6 meses de estágio fomos-nos aproximando da elaboração de um estudo de caso, visando demonstrar a dinâmica e importância de um arquivo histórico em todo o funcionamento de uma instituição tão prestigiada como um museu. O legado escolhido para este estudo foi o de Cristiano Augusto da Silva. É um dos maiores legados presentes nesta instituição, mas também um dos menos estudados, devido à inexistência de informação sobre aquele legatário no seio do próprio fundo. Daí que procurássemos demonstrar, igualmente, um percurso que extravasa, mesmo, o Museu, mas que se torna essencial para dar sentido a qualquer exposição.

3.1 O legado de Cristiano Augusto da Silva

No arquivo histórico do museu, no fundo do extinto Museu Municipal do Porto, encontra-se a inventariação e os arrolamentos completos de todo este legado⁴⁶, e através do conteúdo do parágrafo retirado do seu testamento, foi encontrada informação vital à compreensão desta personagem e da sua vida, que legou ao extinto museu tamanho espólio.

“ (...) Lego ao Museu Municipal do Porto todas as louças antigas, faianças, jarras, biblots, móveis, que representem valor artístico, santuário, armas, espadas, livros, quadros, conchas, enfim tudo que represente arte e estimação, existente quer na minha casa de habitação da rua dos Caldeireiros quer na minha quinta de S. Bento, de

⁴⁶ Documentos relativos ao legado de Cristiano Augusto da Silva com as respectivas cotas: PT/MNSR/CMP/MMP/A/P2/8, PT/MNSR/CMP/MMP/A/P3/51, PT/MNSR/CMP/MMP/A/P3/79, PT/MNSR/CMP/MMP/A/P3/95, PT/MNSR/CMP/MMP/A/P3/103.

Fontão, concelho de Ponte do Lima, com a condição de ficar tudo exposto e junto numa só sala, a que se deverá dar o nome de José Augusto da Silva”⁴⁷.

Infelizmente sobre o personagem Cristiano Augusto da Silva não temos muita mais informação, limitando-se apenas ao seu testamento⁴⁸, que faz transparecer a sua personalidade e descreve subtilmente o seu tipo de vida, e um recorte de jornal intitulado “Museu Municipal do Porto – o enriquecimento do nosso património artístico – Legado Cristiano Augusto da Silva”⁴⁹ datado de quatro de Janeiro de 1941 da autoria de Pinto do Couto⁵⁰.

No livro de inventário foi possível, encontrar-se informação sobre as peças deixadas em legado e os arrolamentos respectivos. Estes deram algumas pistas que nos permitiram seguir os elementos reconstituidores do processo. A pesquisa fez-se ao encontrar na Casa do Infante/ Arquivo Histórico Municipal o seu testamento completo, através de uma pesquisa realizada nos ficheiros ali existentes, pela sua data de óbito, um dos poucos dados que obtivemos desde o início deste trabalho, nos livros de testamentos. Mas até chegarmos à conclusão de que o testamento deveria ali encontrar-se, tivemos, primeiro, que pesquisar no Arquivo Distrital do Porto, pois, através da obra *Museu Municipal do Porto : das origens à sua extinção*⁵¹ ficamos com a ideia de que os documentos relacionados com os legados deixados à Câmara Municipal do Porto e sobre o Museu Municipal do Porto, estariam lá. Contudo, nessa mesma obra estava a indicação de que haveria índices de verbetes dos inventários, feitos durante os anos de 1938 a 1940 para o depósito das obras no Museu Nacional de Soares dos Reis, no Arquivo Histórico Municipal. Neste, ao pesquisar nos registos de testamentos do ano do seu óbito encontramos o testamento.

Ao analisar, mais cuidadosamente este documento manuscrito de oito páginas, repleto de informação, observamos que as primeiras três páginas eram dedicadas à descrição detalhada dos desejos de Cristiano em relação ao seu funeral, denotando-se

⁴⁷ Transcrição do parágrafo do testamento de Cristiano Augusto da Silva, relativo á sua doação ao Museu Municipal do Porto.

⁴⁸ Casa do Infante/ Arquivo Histórico Municipal. Registo de Testamentos Nº 247. Cota A-PUB 5464. Fólios: 96v, 97, 97v, 98, 98v, 99, 99v, 100.

⁴⁹ COUTO, Pinto. *Museu Municipal do Porto: O enriquecimento do nosso património artístico – Legado de Cristiano Augusto da Silva*. Jornal de Notícias, 1941.

⁵⁰ Rodolfo Pinto do Couto (1888-1945), escultor afamado português que foi conservador no Museu Municipal do Porto.

⁵¹ ALMEIDA, António Manuel Passos. *Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção*. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. 2008. Tese de Mestrado.

assim uma enorme devoção religiosa pela Ordem da Trindade, estando o seu túmulo, até aos dias de hoje, no seu jazigo de família, colocado na secção da Ordem da Trindade no cemitério de Agramonte, local que confirmamos através de visita expressa ao jazigo de família.

Continuando a análise ao testamento, ao lermos mais atenciosamente o parágrafo referente ao legado deixado ao Museu Municipal do Porto, é de se notar que na breve descrição dos bens, destaca uma especial atenção a um santuário, que ele não inclui na secção de móveis, o que nos dá a entender que este não seria apenas mais um objecto de valor artístico, mas também de um grande valor religioso, espiritual e pessoal.

Como suporte à aplicação das vontades testamentárias existiam referências, no testamento de Cristiano Augusto da Silva que seria proprietário de diversos imóveis espalhados pela Invicta cidade do Porto, significando que ele viveria das rendas dos mesmos e da herança deixada por parte dos pais, visto que, à sua morte, como tinha sido explicitamente descrito no testamento, ele seria o único herdeiro, pois os seus dois irmãos haviam falecido ainda muito novos e, por nunca ter contraído matrimónio ou tido filhos.

O restante testamento é referente às doações que Cristiano legou não só ao Museu Municipal do Porto, mas também à Santa Casa da Misericórdia do Porto que ficou inclusive encarregue do seu jazigo de família⁵². Curiosamente, em visita ao arquivo da Misericórdia do Porto foi-nos indicado que nenhum vestígio existiria, pelo menos no considerado “Arquivo Histórico” da Misericórdia.

Cristiano Augusto da Silva sendo um homem profundamente religioso, encarnava o perfil de benfeitor, tal como ocorria em múltiplos legados deixados a confrarias e irmandades, de que a Misericórdia é um bom exemplo. Assim, pois deixou dois mil escudos para que fossem distribuídos pelos pobres da freguesia de Vitória, freguesia onde habitava na cidade do Porto, assim como prémios anuais e vitalícios aos seus antigos empregados e funcionários do Hospital Santo António, com os nomes dos seus parentes já falecidos.

⁵² Vide anexo A, figura 6.

3.2 Em torno de um oratório – um percurso narrativo

Através deste breve resumo relativo ao testamento e vida de Cristiano Augusto da Silva, conseguimos aperceber-nos da ênfase que ele deu ao “seu” santuário. Trata-se de um santuário que proveio da sua casa na Rua dos Caldeireiros nº 233⁵³, na cidade do Porto, aquando foram feitos os arrolamentos de seus bens *post mortem*, a esta residência e à Quinta de S. Bento do Fontão em Ponte de Lima. Ambos os arrolamentos encontram-se no livro que reúne toda a documentação sobre o Legado de Cristiano Augusto da Silva e depositado no Arquivo Histórico do Museu Nacional de Soares dos Reis⁵⁴.

Este Santuário⁵⁵ era constituído pelo próprio móvel, por sete esculturas e um Cristo em madeira policromada, que durante os arrolamentos e inventários feitos após a sua entrada no Museu, foram separados, tendo sido o móvel colocado na reserva de móveis e depois trasladado para a reserva de móveis da Casa Museu Fernando Castro, e as esculturas encaminhadas para a reserva de escultura do Museu Nacional de Soares dos Reis. Ou seja, desde que estas peças entraram no Museu, foram separadas e nunca mais voltaram a estar expostas com o móvel. Através do inventário e arrolamentos que constam no fundo do Museu Municipal do Porto do arquivo, é-nos possível saber exactamente quais as esculturas pertencentes ao móvel e tentar uma aproximação de reconstituição de como estas esculturas estariam colocadas naquele santuário. Sublinhe-se, assim, da pertinência da organização da informação e, na perspectiva da organização esta torna-se fundamental na reconstituição na funcionalidade das colecções, tantas vezes desmembradas, como é caso.

Tipologicamente, este tipo de móvel, era muito usual no quotidiano das famílias nobres e burguesas no século XIX, onde podiam fazer as suas orações diárias e prestar suas devoções, sem terem que sair do conforto de seus lares⁵⁶.

⁵³ Vide Anexo A, figuras 7 e 8. Nota á imagem: ao dirigir-me á casa da rua dos caldeireiros para a fotografar, acabei por notar que na placa em que anuncia o estabelecimento que ali funciona actualmente, o nome que aparece é Jayme Augusto da Silva, isto é, o mesmo sobrenome que o dono do Legado, mas só nos foi informado que aquela moradia continuava a ser arrendada pela Santa Casa da Misericórdia, onde depois me dirigi e me informaram que não têm a cópia ou qualquer registo do testamento de Cristiano Augusto da Silva nos seus livros.

⁵⁴ Livro com a cota PT/MNSR/CMP/MMP/A/P2/8.

⁵⁵ Vide Anexo A, figura 9.

⁵⁶ REYNIÈS, Nicole de. Le Mobilier domestique. Imprimerie Nationale, Paris, Tome II.

Por regra geral, seria um móvel fechado⁵⁷, com duas portas frontais, sendo este oratório de pousar, devido ao seu peso e tamanho, com duas portas espelhadas, rematadas por um friso dourado trabalhado de maneira estilizada. A sua ornamentação é em motivo de folha de loureiro, coroado por um motivo central de rosácea em talha larga inserida em emolduramento, terminado por frontão ondulado com remate de molduras e nos remates laterais duas urnas de entalhamento grosseiro. A base contém um suporte inserido no interior que desliza, para a colocação de velas. O seu interior⁵⁸ é largamente ornado em talha com motivos concheados, capitéis de colunas, motivos de estética híbrida. No topo termina com um largo motivo concheado e uma simulação em talha de uma sanefa. Uma prateleira dourada é fixada no interior. Apresenta ainda duas peanhas em madeira, com decoração em caneluras e rosáceas.

Através desta breve mas sucinta descrição do móvel, ficamos com a ideia de este ser um santuário totalmente híbrido, em que o interior e o exterior do móvel são completamente opostos, como pudemos descrever anteriormente, sendo o interior de uma qualidade superior embora irregular e o exterior mais grosseiro e pobre na sua execução.

Como já havia sido dito, haveriam oito esculturas que supostamente ornamentavam o interior do móvel. Visto que o móvel e as esculturas não se encontram no mesmo edifício, não foi possível uma tentativa de colocação das peças no móvel de modo a tentar uma aproximação de como o santuário seria, até porque, num primeiro olhar, e sabendo o tamanho das peças de escultura, dá-nos a impressão que as oito esculturas não caberiam totalmente no móvel, ou então, haveria uma disposição concreta para que todas coubessem. Essas oito esculturas são:

- S. Luís, Rei de França⁵⁹ – N° Inventário 218 Esc CMP/MNSR
- Nossa Senhora da Piedade⁶⁰ – N° Inventário 219 Esc CMP/MNSR
- Santa Maria Madalena⁶¹ – N° Inventário 220 Esc CMP/MNSR
- S. José⁶² – N° Inventário 221 Esc CMP/MNSR
- S. João Evangelista⁶³ – N° Inventário 222 Esc CMP/MNSR

⁵⁷ Vide anexo A, figura 10.

⁵⁸ Vide anexo A, figura 11.

⁵⁹ Vide anexo A, figura 12.

⁶⁰ Vide anexo A, figura 13.

⁶¹ Vide anexo A, figura 18.

⁶² Vide anexo A, figura 16.

⁶³ Vide anexo A, figura 15.

- Rainha Santa Isabel⁶⁴ – Nº Inventário 223 Esc CMP/MNSR
- S. João Baptista⁶⁵ – Nº Inventário 224 Esc CMP/MNSR
- Cristo Crucificado⁶⁶ – Nº Inventário 225 Esc CMP/MNSR

Cada uma destas peças detem uma certa iconografia e significado, dando-nos a entender um pouco mais da personalidade de Cristiano Augusto da Silva e da sua devoção.

A escultura de S. Luís, Rei de França⁶⁷, coloca-se sobre uma peanha em talha dourada. Foi datada do século XIX encontrando-se num estado de conservação regular. As suas vestes são longas com uma capa de arminho. Leva o braço esquerdo ao peito ostentando uma coroa de louros e um tridente, que simbolizam vitória, e ergue a cabeça, coroada com um grande resplendor em prata. Na base da imagem, permanece a coroa do monarca, pousada numa almofada, que foi patrono da Ordem Terceira de S. Francisco. Um dos atributos em falta é o ceptro, que originalmente estaria colocado na mão direita. A peanha é em talha dourada com uma decoração em grinaldas e folhagens. S. Luís (1214-1270) era um católico devotado, tendo conduzido duas cruzadas sem sucesso, falecendo durante a segunda cruzada. Em 1297 o Papa Bonifácio VIII proclama a sua canonização, tornando Luís IX o único Rei francês com o título de Santo. S. Luís é considerado o modelo ideal de um Monarca Cristão.

Nossa Senhora da Piedade, também conhecida por Nossa Senhora das Dores, é uma das esculturas deste conjunto que estava inserido no móvel oratório de Cristiano Augusto da Silva. O seu nome deve-se às Sete Dores da Virgem Maria⁶⁸, sendo frequentemente representada com uma expressão angustiada a chorar pela morte de seu

⁶⁴ Vide anexo A, figura 17.

⁶⁵ Não nos foi possível apresentar figura desta escultura.

⁶⁶ Vide anexo A, figura 19.

⁶⁷ Réau, Louis. Iconografia del arte Cristiano: Iconografia de los Santos G-O. Ediciones del Serbal, 1998, Volume 5, pp. 274 a 279.

⁶⁸ As Sete Dores da Virgem Maria:

- As profecias de Simeão sobre Jesus (Lucas, 2,34-35);
- A fuga da Sagrada Família para o Egipto (Mateus, 2, 13-21);
- O desaparecimento do Menino Jesus durante três dias (Lucas, 23, 27);
- O encontro de Maria e Jesus a caminho do Calvário (Lucas, 23, 27-31);
- Maria observando o sofrimento e morte de Jesus na Cruz (João, 19, 25-27);
- Maria recebe o corpo do filho tirado da Cruz (Mateus, 27, 55-61);
- Maria observa o corpo do filho a ser depositado no Santo Sepulcro (Lucas, 23, 55-56).

MISAGO, Augustin. O Terço das Sete Dores da Virgem Maria, 3 de Agosto de 2009, http://www.mariedenazareth.com/7172.0.html?&no_cache=1&L=12&tx_ttnews%5Btt_news%5D=6755&tx_ttnews%5BbackPid%5D=3558

filho. Nesta imagem a Virgem está de pé, olhando para o céu, um manto azul comprido trabalhado a dourado, com os braços pendentes e mãos cruzadas sobre a perna direita. O seu resplendor é em prata decorado com pedras, nos tons rosa e ocre. A peanha sobre a qual está assente é em talha dourada, com caneluras e decoração de grinaldas e motivos florais estilizados.

Outra escultura é Santa Maria Madalena, numa posição semi-flectida sobre o solo, com a cabeça pendente com um simples resplendor e ambos os braços ao peito, com um ar angustiado e lágrimas a caírem pelo rosto. Nas suas vestes permanecem as cores azul, vermelho e dourado em tons claros. Esta escultura não possui peanha e o seu braço esquerdo está danificado. Maria Madalena é descrita no Novo Testamento como uma das discípulas mais devotas de Jesus Cristo e uma das mulheres presentes na crucificação de Cristo.

A seguinte escultura é a de S. José⁶⁹, que permanece em pé sobre uma pequena peanha, com bordo pintado com decoração marmoreada. As suas vestes dão um efeito ondulado e colorido em tons claros de castanho, verde e dourado. José, marido da Virgem e pai de Jesus, tem uma iconografia dividida em dois tempos, e o seu culto teve uma evolução tardia. Na arte da Idade Média ele é representado com barba branca e cabeça calva, mas a partir do século XVI, começa a ser representado com um ar mais jovial, como um homem de 40 anos, com todo o vigor dessa idade, e com uma bengala na sua mão, acessório esse que não se encontra na peça, talvez por ter sido danificada. Na imagem da escultura de S. José aparece um menino ao colo, mas nas fichas descritivas não existe qualquer observação a este menino, e uma foto de inventário mais antiga⁷⁰. O menino não aparece na imagem, o que nos leva a querer que o menino não deva pertencer á imagem de S. José.

Depois, seguindo a ordem numérica do inventário, temos a escultura de S. João Evangelista⁷¹, que está sobre uma peanha em talha dourada decorada com grinaldas e motivos florais estilizados. S. João Evangelista está em pé com o braço estendido com

⁶⁹ Réau, Louis. *Iconografia del arte Cristiano: Iconografia de los Santos G-O*. Ediciones del Serbal, 1998, Volume 5, pp. 162 a 171.

⁷⁰ Todas as peças da reserva de escultura do Museu Nacional de Soares dos Reis, ao serem introduzidas no programa de inventário dos Museus foram fotografadas, e depois anexadas ás fichas manuscritas de inventário.

⁷¹ Réau, Louis. *Iconografia del arte Cristiano: Iconografia de los Santos G-O*. Ediciones del Serbal, 1998, Volume 5, pp. 186 a 199.

lágrimas a correrem pela sua face, com o resplendor simples decorado com algumas pedras semipreciosas. A sua veste é verde e o manto vermelho, sendo considerado uma indumentária bíblica. S. João Evangelista foi um dos doze Apóstolos de Jesus e considerado o “Discípulo Amado”. Foi a ele que foi entregue a missão de tomar conta de Maria, mãe de Jesus.

Temos de seguida a imagem da Rainha Santa Isabel⁷², também conhecida por Isabel de Portugal, filha do Rei de Aragão, nascida em 1271, tendo falecido a 4 de Julho de 1336. Nesta imagem a Rainha é representada com a sua coroa aos pés, ostentando uma veste e manto em tons de azul e dourado que cobre a sua cabeça, também dando assim a ideia de um hábito religioso com um trabalhado resplendor metálico. Coberto pelo seu manto no braço esquerdo estão rosas que nos remontam ao Milagre das Rosas, que é a temática mais representada com a Rainha Santa Isabel. A escultura figura sobre uma peanha circular em talha dourada, com festões e motivos estilizados de flores.

S. João Baptista⁷³ é a sétima escultura, ao contrário das outras esculturas é feita de barro policromado. Aparece representado como um pequeno S. João Baptista despido, segurando um cordeiro. Baptista foi um pregador judeu do início do século I, baptizou muitos judeus, incluindo Jesus, no rio Jordão, e introduziu o baptismo de gentios nos rituais de conversão judaicos, que mais tarde foram adoptados pelo cristianismo. Este tipo de representação deve-se ao renascimento italiano que popularizou a imagem do pequeno S. João Baptista. Do ponto de vista iconográfico esta temática deve-se à lenda que o pequeno S. João Baptista seria o companheiro do Menino Jesus a quem entregaria o seu cordeiro.

Por fim, a última escultura é a de Cristo Crucificado, em que temos um Cristo agonizante, preso a um crucifixo de madeira com uma peanha entalhada de cinco pés, sendo o resplendor e remates da cruz com douramento. Um pormenor que dá ênfase á escultura é o sangue escorrendo das suas chagas e da cruz de espinhos na cabeça. É uma imagem de uma certa qualidade e pormenor, e representa o dramatismo e angústia de que este episódio da vida de Cristo denota.

⁷² Réau, Louis. Iconografia del arte Cristiano: Iconografia de los Santos G-O. Ediciones del Serbal, 1998, Volume 5, p. 128.

⁷³ Réau, Louis. Iconografia del arte Cristiano: Iconografia de los Santos G-O. Ediciones del Serbal, 1998, Volume 5, pp. 488 a 521.

Após esta breve descrição das esculturas ficamos com a ideia que Cristiano Augusto da Silva, reuniu no seu santuário as personagens mais importantes da vida de Cristo, e duas personagens da realeza que devotaram sua vida à fé cristã. Isto demonstra a importância e devoção que dedicou à igreja, e a razão para ele destacar o seu santuário em relação aos restantes objectos de valor artístico deixados ao Museu Municipal do Porto.

Não temos dúvidas que esta é a ponta de mais investigação: que tipo social representa Cristiano se comparado com outros legados e estudos sociais. Mas certamente que daria origem a uma exposição em torno de várias histórias: a do próprio, a de uma sociedade, a de um museu...

Conclusão

Este relatório reflecte o produto de um trabalho de investigação que pressupõe um primeiro ano curricular e um segundo que incluiu um estágio de seis meses sobre os dois fundos do Arquivo do Museu Nacional de Soares dos Reis.

Um primeiro momento foi dedicado à contextualização do Museu para uma melhor percepção do seu arquivo. Era necessário estudar a estrutura orgânica e funcional da instituição produtora da informação. Através da extensiva bibliografia e decretos consultados foi possível delinear o percurso das diversas instituições que vieram depois formar este grandioso Museu que é, hoje, casa para milhares de obras de arte portuguesas, divididas por legados, doações, depósitos e pelo seu próprio espólio, de grande importância para a Invicta e para o País.

Esta fase de contextualização progrediu satisfatoriamente, apesar das mudanças de tutelas e da época conturbada que se veio a arrastar desde o século XIX para o século XX. Este processo teve impactos por vir a causar um desmembramento de documentação, vital ao entendimento do Museu Nacional de Soares dos Reis, realidade que se veio a confirmar ao se tomar conhecimento do universo documental presente no arquivo.

Verifica-se, que se divide, essencialmente, em inventários que, hoje em dia, continuam a ser actualizados com a chegada de novas peças. Deste ponto de vista justifica-se a configuração dos dois factores essenciais a qualquer ciência da informação: a componente orgânica e a componente funcional, de serviço e uso, que lhe imprime dinâmica⁷⁴.

Durante o estágio tive a oportunidade de obter uma perspectiva mais prática, no terreno, ao tratar documentos que se encontram-se num estado de conservação aceitável, com excepção de alguns documentos. A colocação das cotas foi talvez a fase mais simples de se elaborar, apesar de muito exaustiva, mas que veio trazer ao arquivo uma maior organização intelectual, facilitando assim o seu acesso e manuseamento futuro. A descrição arquivística dos dois fundos foi ao contrário da anterior a mais delicada, devido à falta de informação identificativa do tempo de produção de alguns

⁷⁴ MALHEIRO, Armando; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís – Arquivística 1: Teoria e prática de uma ciência da informação. Porto: Edições Afrontamento, Junho, 1999. P. 214.

documentos, o não se apurar a lógica de outros ali se encontrarem, a falta de datação e autoria, fazendo com que alguns campos denominados obrigatórios das ISAD(G) não pudessem ser completos. Mas, apesar destes contratemplos, através dos quadros de qualificação, é possível agora localizar qualquer documento e assim obter uma maior e mais exacta recuperação de informação, de acordo com as necessidades do Museu.

O estudo de caso foi a parte mais direccionada para a investigação, pois pouco se sabia sobre Cristiano Augusto da Silva, e através da leitura do seu testamento e do estudo das peças que para ele teriam maior significado, foi possível demonstrar a importância de um arquivo tratado para uma instituição como o Museu Nacional de Soares dos Reis. Não se nega que a nossa formação base em História da Arte nos criou uma sensibilidade especial para este percurso.

É de certa maneira, um modo de sabermos a história das peças que ali se encontram depositadas, de perceber a estrutura de produção de informação, o seu significado, o do produtor, e de podermos, um dia passar essa informação para o público, visando, assim, enriquecer, de forma mais profunda e orientada, a nossa cultura e o nosso conhecimento.

Fontes e Bibliografia

Fontes manuscritas

Arquivo Histórico Municipal/ Casa do Infante

Testamento de Cristiano Augusto da Silva. Registo de Testamentos Nº 247. Cota A-PUB 5464. Fólios: 96v, 97, 97v, 98, 98v, 99, 99v, 100.

Fontes impressas

Código Civil: Códigos Electrónicos Datajuris, Coimbra.

DECRETO de 5 de Dezembro de 1832. Paço no Porto (D. Pedro e Joaquim António Magalhães). Sequestro de todos os bens dos indivíduos implicados no crime de Alta Traição, depois de 17 de Julho anterior.

DECRETO de 19 de Dezembro de 1832. Paço no Porto (D. Pedro e Joaquim António Magalhães). Instauração de um Depósito Público na Cidade do Porto para os objectos sequestrados por ordem do Decreto de 5 de Dezembro de 1832.

DECRETO de 12 de Dezembro de 1832. Paço no Porto (D. Pedro e Joaquim António Magalhães). Criação de uma Comissão para a Administração dos bens pertencentes aos conventos e mosteiros da cidade do Porto abandonados.

DECRETO de 15 de Maio de 1833. Paço no Porto (D. Pedro e José da Silva Carvalho). Supressão dos Conventos, Hospícios e Mosteiros abandonados tanto de religiosos como de religiosas, da cidade do Porto, e seus bens declarados Bens Nacionais.

DECRETO de 12 de Setembro de 1836. (Rainha D. Maria e Manoel da Silva Passos). Aprovação de medidas relativas ao funcionamento do Museu Portuense, de Pinturas, Estampas e outros objectos de Belas-Artes.

DECRETO de 22 de Novembro de 1836. Criação da Academia de Belas-Artes e aprovação dos respectivos Estatutos.

CARTA DE LEI de 30 de Julho de 1839. Paço de Sintra (Rainha D. Maria e Carlos Bento da Silva). Aprovação da doação do Convento de Santo António da cidade à Câmara Municipal do Porto, para que nele se estabeleça a Academia de Belas-Artes, a Biblioteca Pública Municipal do Porto e o Museu Portuense de Estampas e Pinturas.

DECRETO de 20 de Abril de 1911. Lei da Separação do Estado das Igrejas.

DECRETO Nº 1 de 26 de Maio de 1911. Reorganização dos Serviços Artísticos e Arqueológicos.

DECRETO-LEI nº 20:985 de 7 de Março de 1932. Ministério da Instrução Pública. Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. Repartição do Ensino Superior e das Belas Artes. Criação do Conselho Superior de Belas Artes e extinção dos conselhos de Arte e Arqueologia das três circunscrições.

DECRETO-LEI nº 21:504 de 25 de Julho de 1932. Ministério da Instrução Pública. Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. Aprovação do regulamento que organiza os serviços dos museus para o desempenho da alta missão cultural que lhes incube, relativo ao Museu de Soares dos Reis, do Porto, que passará a denominar-se Museu Nacional de Soares dos Reis.

DECRETO-LEI nº 27:878 de 21 de Julho de 1937. Ministério das Finanças. Direcção Geral da Fazenda Pública. Incorporação do Palácio das Carrancas no património do Estado visando albergar a colecção do Museu Nacional de Soares dos Reis.

DECRETO-LEI 47/2004 de 19 de Agosto. Lei Quadro dos Museus Portugueses.

NORMA PORTUGUESA NP 405-1 de 3 de Junho de 1994. Informação e Documentação. Diário da República. III Série, Nº 128.

Sítios

http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_Parada_Leit%C3%A3o

MISAGO, Augustin. O Terço das Sete Dores da Virgem Maria, 3 de Agosto de 2009, http://www.mariedenazareth.com/7172.0.html?&no_cache=1&L=12&tx_ttnews%5Btt_news%5D=6755&tx_ttnews%5BbackPid%5D=3558

Preservation Equipment Ltd, Sourcebook 2006/7, acessível em <http://www.preservationequipment.com/Home>

Bibliografia

ALMEIDA, António Manuel Passos. Museu Municipal do Porto: das origens à sua extinção. Universidade do Porto, Faculdade de Letras. 2008. Tese de Mestrado.

AAVV, Roteiro da Coleção: Museu Nacional de Soares dos Reis. Ministério da Cultura, Instituto Português de Museus.

COUTO, Pinto. *Museu Municipal do Porto: O enriquecimento do nosso património artístico – Legado de Cristiano Augusto da Silva*. Jornal de Notícias, 1941.

FRANÇA, José-Augusto - *A Arte em Portugal no Século XIX*, 1 Volume, 3ª ed. Venda Nova: Bertrand, 1990.

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO. PROGRAMA PARA A NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO PARA A NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – Orientações para a descrição arquivística. 1ª v. Lisboa: IAN/TT, 2006.

LOPES, José Ferreira – Rocha Peixoto e o Porto Culto do seu Tempo: O Tripeiro. 1966, Maio. Nº 5.

RÉAU, Louis. Iconografia del arte Cristiano: Iconografia de los Santos G-O. Ediciones del Serbal, 1998

REYNIÈS, Nicole de. Le Mobilier domestique. Imprimerie Nationale, Paris, Tome II

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina arquivística. Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1998.

SANTOS, Paula M. M. Leite – Museu Nacional de Soares dos Reis: um contributo para a história da Museologia Portuguesa. Separata da Revista Museu. Série IV, 1995, Nº3.

Idem. Museu Nacional de Soares dos Reis: um contributo para a história da Museologia Portuguesa (Cont.). Separata da Revista Museu. Série IV, 1999, Nº 8.

Ibidem. Os Museus de arte de Lisboa e Porto e a sua relação com as artes industriais e o ensino artístico no século XIX (Cont.). Separata da Revista Museu. Série IV, 2000, Nº 9.

Ibidem. Um colecionador de Porto romântico: João Allen (1781-1848): Universidade Nova de Lisboa. 1997. Tese de mestrado.

SILVA, Armando Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda; RAMOS, Júlio; REAL, Manuel Luís. Arquivística 1 – Teoria e prática de uma ciência de informação. Edições Afrontamento, Porto, 1999.